A NARRATIVA E O CONTEXTO NA PRODUÇÃO DOS MOSAICOS TERRITORIAIS

Márcio Mendes Rocha

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá e Coordenador do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização – NEMO
mmrocha@uem.br

RESUMO: Este artigo é o primeiro, de uma série de 3 artigos, resultado do estudo teórico sobre a relação narrativa e território, do projeto “A espacialidade das formas narrativas: entre ficção e realidade”. Buscamos aproximar estes dois conceitos tratados em áreas distintas (geografia, semiótica, filosofia da linguagem, entre outras), por entender a pertinência do vínculo entre aquilo que é contado, informado, narrado e as práticas sociais que produzem os espaços. Entendemos a inter/multi/trans/disciplinaridade como o caminho possível para chegar em algum lugar. O método de análise parte do materialismo histórico/geográfico, trazendo o dialético de K. Marx e o dialógico de E. Morin. Intentamos estabelecer as conexões entre narrativa e território na perspectiva de dar conta de clarificar a complexidade dos processos de produção dos espaços na sociedade contemporânea. A espacialidade da narrativa se cristaliza com as práticas sociais, alimentadas por um corpo ideológico de ação multimidiática, reproduzido pelos grupos hegemônicos de poder, financiado pelo capital, numa orquestração entre capitais de diversas magnitudes e qualidades. Capital produtivo/financeiro/especulativo e, fundamentalmente a grande mídia cooptada, orquestradora dos comportamentos e práticas sociais, espetacularizando a vida e alienando a força de trabalho. Pela outra ponta as ações midiáticas jogam fumaça na visibilidade das classes sociais com a construção de um *modus operandi* aonde o trabalhador não se sente como tal, se torna, usando as palavras de M. Chauí, um “empresário de si mesmo”. As narrativas ofertadas e absorvidas como um emplasto ubíquo, transforma as paisagens urbanas, e impõe às pessoas uma forma acrílica de ser. Sempre existe as resistências.

Palavra chave: Mosaicos territoriais. Narrativa. Geografia política e cultural

LE RÉCIT ET LE CONTEXTE DE LA PRODUCTION DE MOSAÏQUES TERRITORIAUX

Résumé: Cet article est le premier d'une série de trois articles, fruit de l'étude théorique sur les relations narratives et territoriales, du projet "La spatialité des formes narratives: entre fiction et réalité". Nous cherchons à amener ces deux concepts traités dans des domaines différents

(géographie, sémiotique, philosophie du langage, entre autres), en comprenant la pertinence du lien entre ce qui est compté, informé, narré et les pratiques sociales qui produisent les espaces. Nous comprenons l'inter/multi /trans /disciplinarité comme le moyen possible d'aller quelque part. La méthode d'analyse part du matérialisme historique / géographique, amenant la dialectique de K. Marx et la dialogique de E. Morin. Nous essayons d'établir des liens entre le récit et le territoire envie de clarifier la complexité des processus de production des espaces dans la société contemporaine. La spatialité du récit se cristallise avec les pratiques sociales, alimentées par un corpus idéologique d'activités multimédias, reproduites par les groupes de pouvoir hégémoniques, financés par le capital, dans une orchestration entre des capitaux de différentes magnitudes et qualités. Capital productif, financier, spéculatif et, des médias, orchestrant les comportements et les pratiques sociales, en faisant de la vie un spectacle, et aliénant la main-d'œuvre. À l'autre extrémité, les actions médiatiques jette la fumée dans la visibilité des classes sociales avec la construction d'un modus operandi où le travailleur ne se sent pas comme tel, devient, pour reprendre les termes de M. Chauí, un "homme d'affaires de lui-même". Les récits proposés et absorbés comme un plâtre omniprésent, transforment les paysages urbains et imposent aux gens une manière d'être sans critique. La résistance existe toujours.

Mot (s) clé (s): Mosaïques territoriales. Narrative. Géographie politique et culturelle.

INTRODUÇÃO

A narrativa e a consequente comunicação entre os homens, tem em sua produção, tanto pela oralidade, como pela escrita, bem como pela imagética, o contexto no qual foi produzida. São as condições históricas que determinam sua produção. Para aquele que recebe a informação, o contexto da obra entrega algumas chaves para desvendar as intencionalidades do autor. Não que esta busca seja condição necessária para a compreensão da obra, pois a produção artística ou mesmo científica apresenta uma universalidade intrínseca, atemporal. Por exemplo, o sentimento de repulsa, ou mesmo de anuência do leitor quando um dado autor descreve uma atitude repressora de um pai em relação ao jovem filho, independe de quando e como ocorreu. Se foi no séc. I, em Roma, ou no séc. XXI em Nova York. No entanto, há que se considerar as várias narrativas que se reproduzem. Os autores são concretos, históricos, respondem, criam, a partir do universo que o cerca. É este meio ambiente social que estabelece seu repertório cognitivo, construindo valores e formas de percepção do real. A compreensão das possibilidades dos vínculos entre a narrativa, seu produtor (o autor) e o leitor, passa pela análise do contexto aonde leitor e produtor da narrativa apresentam condições espaço/temporais próprias, contextualizadas historicamente, produzidas pelos valores culturais que irão estabelecer a qualidade da relação

autor/obra/leitor. Considerando a complexidade do real e suas espacialidades, os espaços políticos de ação dos indivíduos, os territórios constituídos nas diversas escalas, buscaremos tratar esta relação (narrativa e território) a partir da noção de “Mosaico Territorial”. Para o estudo da narrativa nos deparamos com *três dimensões* a serem consideradas. I – As condições históricas de reprodução da narrativa. Diz respeito ao autor/agente, sua trajetória, os conflitos e contextos que lhe deram as condições para a produção de sua narrativa; II - A narrativa em si, vista de forma autonomizada, com vida própria, cujo significante e o significado podem ser transformados à luz da potência expressiva da arte. Sua forma de subverter, ressignificar, reorientar, em busca de uma nova expressão, de um novo sentimento; III – As narrativas ficcionais e históricas e suas subjetividades na produção dos espaços, que trata da construção histórica dos sujeitos sujeitos na produção e reprodução social.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Para entendermos o discurso narrativo, sua reprodução social e sua importância para a produção dos espaços temos que discutir a lógica que reproduz o conhecimento nas sociedades, especificamente na sociedade contemporânea, regida pelo sistema produtivo capitalista. A perspectiva da produção do conhecimento considera a práxis como forma e estrutura para a geração do conhecimento para o campo da ação consciente, que implica o agente social, objeto de uma dada problemática investigada, a uma tomada de posição. Segundo GRUNES (2006), o intelectual crítico pode antecipar do “em si” para o “para si” (conceito tratado por Marx na discussão sobre a consciência de classe). A produção do conhecimento crítico considera a perspectiva da práxis, o que leva a geração do conhecimento para o campo da ação consciente, que implica o agente social, objeto da problemática investigada a uma tomada de posição.

Não existe leitura inocente, quer dizer, toda a interpretação do mundo, toda a forma de conhecimento do real, está indubitavelmente situada pelo posicionamento de classe, a perspectiva política e ideológica, dos interesses materiais, dos condicionamentos culturais e a subjetividade consciente ou inconsciente do interprete (GRUNES, 2006, p. 105).

A linguagem, e por extensão, todo o corpo humano do simbólico representacional, é um espaço dialógico, vale dizer, produzido na interação social, inclusive conflitiva e não na solidão das consciências individuais. Neste sentido a noção de práxis nos dá a possibilidade de compreender a dimensão do real vivido onde a linguagem se forja na conflitualidade das relações. É neste ambiente que se produz um conhecimento amplo, vinculado aos processos que regem historicamente as sociedades, com seus conflitos e contradições.

A práxis não é simplesmente a unidade da teoria e da prática, entendendo assim estas entidades seriam entidades autônomas, pré-existentes, não, sua lógica é inversa, pois sempre existe a práxis, porque a ação é a condição para o conhecimento. Ambos polos estão co-implicados. Podemos diferenciar distintos momentos com sua própria especificidade e autonomia relativa, mas ambos no interior de um mesmo movimento, e este movimento é o movimento da realidade, não o movimento do puro pensamento “teórico”, nem da pura ação “prática” (GRUNES, 2006, p. 108).

Portanto, não considerar esta co-implicação leva ao descolamento subjetivo, a alienação perante o mundo, a busca das respostas somente em si, um ser ensimesmado, dissociado. Condição que despolitiza as ações do indivíduo, que no contexto da sociedade da informação se orienta pelas demandas das mídias, um pseudo real filtrado e orientado ideologicamente. Isso reproduz o controle das massas.

O que ocorre, é que a ideologia dominante tende a ocultar esta unidade profunda, busca manter separados os “momentos”, promovendo uma divisão do trabalho social, manual versus intelectual, para legitimar o universo teórico da pura “interpretação” como patrimônio das elites dominantes e o universo prático da pura ação como patrimônio dos trabalhadores explorados. Nem a pura abstração da teoria nem o puro ativismo da prática tem realmente consequências materiais sobre o estado de coisas do mundo, não produzem um verdadeiro conhecimento da realidade (GRUNES, 2006, p. 109).

Podemos dizer que a produção do conhecimento da realidade tem como ferramenta analítica a perspectiva da práxis que opera no real e absorve a complexidade e conflitualidade dos processos sociais. Neste sentido, a construção de um conhecimento crítico tem a tarefa de reconstruir o conflito entre a parte e o todo, de desnudar as condições de subordinação e opressão entre este todo global e estas partes periféricas. Uma imagem se cria e se reproduz nas mídias cooptadas, visando construir um mundo abstrato, com valores ideologicamente constituídos,

aonde os distanciamentos sociais se naturalizam e o moderno e o novo impõem um caminho único.

A esta “novidade” da globalização, corresponde uma imagem da produção do conhecimento que se faz “desta” (globalização). Apresenta-se uma universalidade abstrata, “desterritorializada”, estando a ciência a serviço desta alienação. Universalidade convivendo com uma particularidade não menos abstrata (conhecimento local). Ambos os extremos complementares são igualmente falsos e fetichistas. O que se pretende com o conhecimento gerado pela práxis, é a construção de um conhecimento que denuncie o conflito inerente, que podemos denominar de “lugar geopoliticamente marcado do conhecimento”, um conhecimento contextualizado (GRUNES, 2006, p. 142).

É imprescindível que resgatem a contestação epistemológica contra os modos hegemônicos de produção do saber, mirando, a partir da práxis, novas formas de interpretação de um conhecimento territorializado e transformador.

A NARRATIVA E O CONTEXTO

A compreensão do narrado pressupõe o entendimento formal da língua, com todas as suas palavras; as consagradas, em dicionários e outros indicadores, sendo todas criadas pela sociedade, fruto das sub linguagens dos diversos grupos que compõe a totalidade social. Além desta dimensão é importante, e fundamental, a complementaridade de outros discursos, presentes na complexidade social do diálogo, que envolve expressões outras como o gesto, a entonação, bem como o contexto histórico. Toda vez que lemos um autor, devemos considerar o seu *contexto histórico*. Isso facilita a compreensão da narrativa. Este processo ocorre em todos os idiomas, considerando a linguagem falada e escrita. Quando se propõe contar histórias ou estórias, devemos considerar a ambiência em que tais narrativas são contadas. O modo, ou forma que uma narrativa é contada, vai depender do momento histórico, dos valores culturais geradores da comunicação de uma dada sociedade. O contexto, portanto, apresenta uma espaço/temporalidade definida. Num contexto I, valores “a”, “b”, e “c” podem ser recebidos socialmente de forma positiva. Num contexto II estes valores poder ser vistos de forma negativa. A ética e a moral

construídas pelas sociedades humanas transitam ao longo do tempo e do espaço, conseqüentemente o contexto irá determinar o sentido de uma narrativa. Existem narrativas que se perpetuam no tempo e no espaço, aquilo que é descrito, pensado, imaginado, guarde sentido ao longo dos séculos. Muitos filósofos e pensadores da antiguidade tem suas ideias vivas e cheias de significados até os dias de hoje. A permeabilidade cultural, ou seja, a possibilidade contínua de influência entre as culturas humanas ao longo do tempo, por motivos vários, como guerras, migrações, povoamento, etc., transformam os valores culturais, criando novos contextos. Todas as inter-relações de circunstâncias que estruturam uma situação histórica data, criam uma narrativa própria, específica, que carrega uma espacialidade, uma mobilidade humana capaz de transformar a linguagem comunicativa. O contexto da narrativa cria particularidades culturais e territoriais, fruto dos diversos processos de produção do espaço. Produções hegemônicas, contra-hegemonias, resultado das contradições existentes nos grupos e sub grupos sócio espaciais. Tais processos produzem os espaços de forma heterogênea, com tempos diferenciados de reprodução.

MOSAICO TERRITORIAL

Entendendo mosaico como um conjunto heterogêneo de elementos que compõe um determinado espaço, podemos considerar uma dimensão metafórica do termo para os processos de produção do espaço, tendo a população como elemento diferenciado, que estabelece unidade específicas, que determinam grupos específicos. Numa escala ampla de elementos agregados de uma forma complexa, aleatória, mas que são regidas por sistemas de relações historicamente determinadas. Entendendo os elementos como elementos humanos, de indivíduos. Este aglomerado que se constitui no território é regido por relações sociais, conseqüentemente por relações políticas. Neste sentido podemos entender essa diferenciação a partir de relações político/sociais que vão redundar na consolidação de fronteiras e territórios no espaço de uma nação, considerando as várias escalas que produzem os espaços.

Para compreendermos esta noção, partirmos do conceito de território como espaço de poder, logo, de um espaço social, de relações sociais. As relações sociais se reproduzem em um modo de produção historicamente determinado. No caso do modo de produção capitalista nossa ênfase será nas *relações de produção*, que são regidas pelo *desenvolvimento desigual e*

combinado, onde a desigualdade é premissa para a acumulação. A partir destas condições históricas de desigualdade, que aparece primeiro no colonialismo, depois no imperialismo, leva para o estabelecimento de *tempos diferenciados de reprodução do capital*, ou seja, em um dado momento temos concomitantemente, em um mesmo Estado Nacional, formas arcaicas e formas avançadas de produção, coexistindo em um mesmo circuito produtivo, que, por conta do processo de globalização apresenta opções de internacionalização da produção, circulação e do consumo, no caso específico desta análise, produtos culturais. Neste complexo quadro aonde as corporações capitalistas se reproduzem para além dos Estados Nacionais, muitas formas particulares de produção e reprodução do capital se inscrevem no território, se territorializando com o aval dos governos que administram este Estado. O parlamento burguês exacerba seu compromisso histórico com o capital, produzindo os espaços para a produção das desigualdades. Cria-se assim uma paisagem de pequenas, médias e grandes hegemonias, intercaladas, muitas vezes hierarquizadas, que por sua vez, convive com outras territorialidades contra-hegemônicas, nas mais diversas escalas e que também se reproduz no contexto da globalização, ou seja, podem transitar entre os Estados Nacionais, mesmo a partir de sua condição contra hegemônica. As ONG's neste sentido viabilizam alguns processos de internacionalização das ações de grupos ativistas. O mosaico territorial aparece bem claramente na contemporaneidade, a partir das *sociedades complexas*.

Especificamente no contexto do espaço urbano, temos o território, ou seja, o uso político do espaço, se manifestando à luz das contradições do processo de produção do espaço. Esta produção do espaço reproduz o que denominamos de *estratificação territorial diferencial*, a partir do uso do território pela especulação imobiliária, e todo o processo de mercantilização do espaço urbano, nós temos, com o crescimento urbano, uma alteração constante no valor e uso da terra, aonde proprietários que detinham propriedades em regiões que cresceram, ou seja, com o aumento populacional, a relação de oferta e procura tende à valorização das propriedades em determinados lugares. Estes proprietários, são vítimas do processo de especulação e são “expulsos” da terra. Estas famílias pioneiras na urbanização da cidade, vão se distanciando indo habitar regiões periféricas das cidades. O mosaico é visto como fragmentos que se ordenam, uma metáfora que visa apresentar como a sociedade complexa se reproduz no espaço, considerando suas relações de poder, portanto o seu território. Isso possibilita observar a produção dos espaços

a partir de um ordenamento que comporta uma estética, uma forma afetiva do homem com a urbes, seus equipamentos urbanos, suas praças, etc. Algum tipo de liberdade se reproduz no âmbito dos territórios. Os territórios apresentam escalas, sobreposições, interposições e transposições. Existe uma fluidez do poder por entre os territórios. Henri Lefebvre (2000) apresenta a *teoria unitária* como uma possibilidade explicativa para discernir as qualidades deste espaço. A unidade teórica que Lefebvre propõe, busca entre os campos que ele denomina como: *Físico*, tratando da natureza do cosmos; *Mental*, que diz respeito à lógica de abstração formal; *Social*, ou seja, o espaço da prática social; *Imaginário*, que impacta na forma e constituição da paisagem no espaço e que diz respeito a projetos e projeções que são operadas a partir de símbolos, de utopias que constituem o processo de produção do espaço. A *teoria unitária* para Lefebvre, apresenta uma dimensão dialética, analítica, considerando os conflitos dos movimentos, a perspectiva contraditória e polêmica, que produz os espaços. No que diz respeito à dimensão epistemológica do espaço, em sua relação físico/humano, escreve o autor:

L'espace ce considere comme produit de l'energie. Cette dernière ne peut se comparet à um contenu occupant um contenu vide. Ce qui recuse um causalisme et um finalisme imprégnés d'abstraction métaphisique . Le cosmos offre déjà une multiplicité d'espaces qualifiés, dont la diversité revêve dependent d'une théorie unitaire, la cosmologie (LEVEBVRE, 2000, p. 21)

Este espaço complexo, apresentado por Lefebvre, parte da relação entre duas dimensões, por um lado com extrema abstração formal (o espaço lógico/matemático), e de outra parte, levando em consideração a dimensão pratico/sensível, relativo ao espaço social. Vários significados do discurso cotidiano discerne, sem isolamento, em uma perspectiva relacional, o espaço social. Ruas, placas, praças, ... etc. Existe uma preocupação em Lefebvre, uma preocupação semiótica, que cria, o que ele denomina de *código do espaço*.

... la réflexion peut construire, em partant de ces matériaux (les mots) de ce matériel (les opération sur les mots) um code de l'èspace (LEVEBVRE, 2000, p. 24).

As palavras e as operações sobre a palavra nos remetem à noção de significante e significado.

Podemos dizer que a linguagem é um sistema de signos que se reproduz socialmente, ou seja, seus elementos só terão significado se forem inseridos em contextos de inter-relação, pois cada signo considerado em si, não possui significado. *Significante* é o elemento que leva à percepção concreta de um dado produto, e o *significado* é o conceito, a definição deste produto, o ente abstrato do signo. Neste sentido existe uma gramática urbana, uma linguagem que produz e operacionaliza as relações no território. Várias narrativas são influenciadas pelas condições objetivas da produção dos espaços. Espaços urbanos, agrário, municípios polos, periféricos. Todos estes territórios engendram relações sociais que alimentam as narrativas, tanto históricas, como ficcionais, ou mesmo mistas. As narrativas estabelecem os vínculos entre os agentes sociais e informações que se espacializam, se territorializam, estabelecendo fluxos de mobilidade humana.

AS DIMENSÕES DA NARRATIVA

Buscamos aqui apresentar três dimensões da narrativa para poder avançar no entendimento de sua conexão com os espaços, e sua perspectiva política, os territórios. É certo que existem várias dimensões que podem ser estabelecidas para a compreensão da narrativa, neste artigo buscamos estas três por entender que abarcam os objetivos propostos e avançam na conexão entre a narrativa e a produção dos espaços.

Dentre as definições partimos de uma que entende a narrativa “... como uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais.” (SQUIRE, 2014, p. 273). Nesta definição o contexto é valorizado, ou seja, as narrativas se inserem nas conjunturas sociais, tendo um sentido historicamente determinado. Embora não trate de seu nexo espacial, este conceito é amplo e evolue no entendimento. O mesmo autor avança vinculando o universo multimidiático como espaço de reprodução da narrativa, como segue:

... a narrativa pode operar em várias mídias, inclusive em imagens imóveis. Ela deriva simplesmente da sucessão de signos, independentemente do sistema de símbolos, da mídia ou da “matriz semiótica” em que esta sucessão ocorre. No entanto, em uma narrativa, o movimento de signo para signo tem um significado social, cultural e histórico reconhecível. (SQUIRE, 2014, p. 273)

E também um significado espacial, como tratamos até o momento neste artigo. Não podemos dissociar espaço e tempo. Os processos de transformação são por essência espaço/temporais. Considerando a indissociabilidade entre espaço e tempo, Paul Ricoeur escreve sobre o destino do espaço ao do tempo.

...ao passar da memória à historiografia, mudam de signo conjuntamente o espaço no qual se deslocam os protagonistas de uma história narrada e o tempo no qual os acontecimentos narrados se desenrolam ... É em conjunto que o aqui e o lá do espaço vivido da percepção e da ação e o antes do tempo vivido da memória se reencontram enquadrados em um sistema de lugares e datas do qual é eliminada a referência ao aqui e ao agora absoluto da experiência viva. (RICOEUR, 2007, p. 156)

A narrativa apresenta elementos básicos que a compõe, o que facilita nossa leitura sobre sua dimensão complexa e diversificada.

- Fato – define qual a ação que será narrada (o que)
- Tempo – estabelece em que momento ocorreu o fato (quando)
- Lugar – é o espaço do fato ocorrido (onde)
- Personagens – quais pessoas se envolveram naquele fato (com quem)
- Causa – qual razão levou a acontecer o fato (por que)
- Modo – a forma e a circunstância que levou ao acontecimento do fato (como)
- Consequência – quais os encadeamentos e desdobramentos decorrentes do fato (qual desdobramento)

Nossa ênfase é no lugar, ou de forma mais geral, o espaço, mas não um espaço específico, descrito pela narrativa, mas o espaço produzido pela narrativa. A narrativa como vetor transformador do espaço em suas múltiplas complexidades. Percebe-se aqui a narrativa em sua pró atividade social, como transformadora dos processos sociais. Daí a importância do controle

das narrativas para a manutenção dos grupos hegemônicos de poder e dialeticamente, para a construção de uma contra hegemonia. A sociedade da informação, sociedade espetáculo que caracteriza a contemporaneidade, é o resultado concreto das práticas de controle social. Existe, é certo, uma narrativa contra hegemônica, que possibilita a configuração da resistência e a possibilidade de novas sínteses sociais. Observa-se hoje um processo descentralizado de produção de narrativas, resultado dos intensos fluxos de informação propiciados pela internet. Mas, mesmo com esta nova característica, o controle social pela mídia ainda compõe as formas de controle pelo capital.

I - As condições históricas de reprodução da narrativa

Para a análise proposta, iniciaremos com o conceito de “condicionante histórico”. Existem 4 pressupostos a serem considerados. I- Premissa espaço/temporal; II- Retroalimentação entre linguagem e espaço produzido; III- A narrativa como ferramenta política dos grupos hegemônicos de poder; IV- A narrativa fragmentada na sociedade da informação. O primeiro aspecto trata da indissociabilidade entre a dimensão espacial, física, e a dimensão temporal, processual (passado/presente/futuro). A narrativa, portanto, constrói a “fotografia” de um espaço produzido num dado tempo. A qualidade do lugar é tecida por ações multimidiáticas, conseqüentemente comportando diversas narrativas que se interagem, se contrapõe, se complementam. Narrativa escrita, oral, vidiática, fotográfica, pictográfica, aonde, na contemporaneidade, todas contornadas por aparatos tecnológicos que potenciam quantitativamente e qualitativamente o processo de reprodução das linguagens. O segundo pressuposto é desdobramento do primeiro, mas trata especificamente do movimento de “feed back” aonde as transformações do espaço transformam a narrativa que transforma o espaço que transforma a narrativa, em um movimento dialético, conflitivo e contraditório, resultado das inumeráveis forças de ação que produzem os espaços. Os processos históricos dizem respeito a transformações sociais e, em sendo social, são políticas. Entramos aqui no terceiro pressuposto.

No contexto da sociedade contemporânea, que podemos denominar de “sociedade da informação”, Observamos que, as mídias e suas narrativas apresentam papel importante para a manutenção dos grupos hegemônicos de poder, que são hoje as grandes corporações. As mídias

se fortalecem com o desenvolvimento dos aparatos tecnológicos e da consolidação das redes de informação, são mercantilizadas e apresentam forte teor ideológico de controle e filtragem de informação e de inserção de valores e comportamentos sociais, o que Guy Debord chamou de “sociedade espetáculo”, que desde os anos de 1960, se radicaliza até o final da segunda década do terceiro milênio. As corporações orquestram suas ações na perspectiva de construção de valores, gostos e comportamentos sociais, consonante com a venda de seus produtos. O quarto pressuposto é a dimensão fragmentada das narrativas que se reproduzem nesta sociedade da informação, é certo que com as redes, se democratiza formas, métodos, ferramentas, aonde todo e qualquer indivíduo emite sua opinião, constrói uma narrativa que pode repercutir fortemente no contexto da internet, base estrutural desta reprodução, independente da formação ética, política, cultural. Esta nova condição desnuda um pensar mais amplo do mundo, cabendo todo tipo de manifestação, para além de uma linguagem doutra.

Esta narrativa que produz o espaço deve ser percebida não como algo inserido no todo social, mas produto deste social, como parte constitutiva deste social. Aqui a noção de práxis, como já visto, explica este vínculo entre aquilo que produzimos como produto histórico de nossas relações sociais, que transforma a sociedade e é transformado por ela. “... el vínculo histórico, social, de la obra con la sociedad, con la historia, no es exterior a ella ni accidental, puesto que está exigido por su sustancia misma.” (VASQUEZ, 2013, posição 400 de 5065).

A narrativa interpreta a história, ou uma história. O repertório de situações vividas, de valores inculcados, de princípios geradores de pensamentos criado pelo autor da narrativa é fruto de suas relações sociais historicamente determinadas, no âmbito da família, da escola, da comunidade a qual pertenceu e a tantas e quantas instituições que participou. Estas condições propiciam ao autor a opção da escolha na interpretação do mundo e na criação de uma “imagem do mundo”, como:

...a clarificação dos conceitos e dos argumentos, a identificação de pontos controversos, a “mise à plat” das opções tomadas, por exemplo, colocando tal questão a tal documento, escolhendo tal modo de explicação em relação a outro, em termos de causa ou mesmo de razão de agir, privilegiando tal jogo de linguagem em preferência de outro. (RIQUEUR, Apud NICOLAZI, 2004, posição 1109 de 2822)

Neste jogo político da linguagem cabe a diferença, a resistência e a possibilidade da ruptura. As desigualdades sociais no mundo são acentuadas e se perpetuam hoje condicionadas pelo controle dos meios de comunicação que (com)formam os indivíduos como “corpos dóceis”, como nos ensinou M. Foucault.

II - A narrativa em si, sua autonomia relativa

Qual a ressonância que um texto terá na sociedade é uma incógnita. Os processos que determinam sua perpetuação no tempo ou seu esquecimento são complexos. Dependem do uso que os homens fazem dele. O caminho e as transformações que ele acarreta e o que ele pode alimentar para a criação de novas narrativas é incerto. Neste sentido podemos dizer que as narrativas carregam uma certa autonomia.

Dessa maneira, é possível atribuir ao discurso certa autonomia em relação à intensão original do autor, mas também em relação às experiências próprias do leitor. Assim, o espaço criado entre autor e leitor é um espaço de troca de experiência: eis o milagre. (NICOLAZI, 2004, posição 1139 de 2822)

A comunicação é geradora de transformação social. Por isso sua importância para o controle social dos grupos hegemônicos de poder, na sociedade contemporânea, também denominada de sociedade da informação. Mas mesmo com o controle social pela informação, vivemos uma sociedade de classes em luta pela sobrevivência e, por conta disso, constrói a todo tempo a contra hegemonia. Neste sentido, a qualquer tempo, em conformidade com uma dada conjuntura histórica, conteúdos, narrativas, pode ser acionada para fortalecer processos de mobilização, podendo acionar assim o estoque de informações sistematizadas para as ações. Sejam criadas ontem a há um século atrás. Daí a autonomia de uma narrativa literária, filosófica, ou mesmo científica se operar.

O discurso carrega consigo, portanto, a despeito de sua autonomia de sentido, elementos que fazem referência ao exterior, tornando possível a abertura ao outro ao seu entendimento por outrem (NICOLAZI, 2004, posição 1139 de 2822).

Este texto “jogado à sorte no mundo” será percebido de forma diferenciada por indivíduos e épocas diferentes, com compressões e explicações diferenciadas.

A *compreensão* pode ser entendida como a capacidade de retornar em si mesmo o trabalho de estruturação do texto e por *explicação* a operação de segundo grau enxertada nesta compreensão.

Interpretar um texto é, portanto, esta atividade de explicação e compreensão de uma referência pertinente a um determinado texto. [...] E pelo ato fundamental de interpretar que um texto desvela todo seu potencial: “o texto fala de um mundo possível e de um modo possível de alguém nele se orientar. As dimensões deste mundo são propriamente abertas e descortinadas pelo texto (NICOLAZI, 2004, posição 1168 de 2822).

Umberto Eco relaciona esta liberdade do texto às mais diversas formas de interpretações, ponderando a impertinência de um autor interpretar sua própria obra, mostrando então uma certa autonomia da narrativa.

Um texto é uma máquina preguiçosa que quer que os seus leitores façam parte do seu trabalho – vale dizer, um dispositivo concebido para dar margem a interpretações [...] faço uma distinção entre a intenção do autor, a intenção do leitor e a intenção do texto (ECO, 2018, posição 411 de 3178).

As narrativas são veiculadas pelos meios de comunicação para os grupos sociais, em comunidades diferentes de um mesmo país e entre países a partir das versões e traduções das obras. A penetração das narrativas nos grupos sociais dar-se-á na medida em que a infraestrutura para a sua veiculação exista. Aqui o nexos territorial aparece! Os espaços são produzidos pelo sistema produtivo e respeita uma lógica dialética própria. No caso do capitalismo, o desenvolvimento desigual e combinado dos territórios criará condições diferenciadas em territórios diferenciados. A urbanização capitalista responde por esta desigualdade. O processo de concentração e centralização do capital ocorre preponderantemente no espaço, especificamente no espaço urbano. É nele que as condições de veiculação da informação serão mais adequadas. Cidade periféricas e metrópoles regionais, por exemplo, apresentarão qualidades diferenciadas na oferta, distribuição e preço de mercado de produtos culturais, onde as narrativas, criarão uma dinâmica de consumo mais forte. Mesmo considerando o “e-commerce”, que rompe de certa

forma com a territorialidade do consumo, sabemos que os maiores fluxos de transações de comércio eletrônico ocorrem nos grandes centros. Isso pode ser justificado, considerando que a motivação para o consumo se ancora e se legitima a partir das relações interpessoais. Na urbe a complexidade destas relações aumenta com o tamanho do espaço urbano. As demandas sociais de uma cidade grande propiciam um maior acesso a produtos culturais, que apresentam duas dimensões a serem consideradas. “A produção material, em princípio, destina-se a satisfação de necessidades de sobrevivência e de bem-estar; a simbólica, a satisfação do gosto, do prazer estético e do desejo.” (BOLOGNESI, 1996, p. 82). Quando tratamos de produtos, no contexto do sistema produtivo capitalista, o vemos como uma mercadoria, que se produz e reproduz no contexto das relações sociais engendradas pelo sistema produtivo, os produtos culturais, embora apresentem especificidade, não fogem às determinações fundamentais do capitalismo. Um aspecto que podemos tratar para melhor entender a lógica de produção da narrativa é o processo de coisificação intrínseco ao processo de produção/circulação e consumo desta mercadoria, são relações reificadas, que carregam o conflito entre as hegemonias e contra hegemonias no capitalismo. “Trata-se da análise da mercadoria e seu respectivo fetichismo, uma abstração e condensação das implicações intersubjetivas da relação entre os homens, que é, em última instância, uma relação entre coisas” (BOLOGNESI, 1996, p. 75).

As partir destas considerações devemos entender a reprodução dos produtos culturais regido pela indústria cultural. O consumidor de arte se relaciona com as experiências da sensibilidade e da formação de gostos por meio dos produtos ofertados no mercado. Mesmo economias alternativas são regidas pelo mercado global capitalista. Situação de renda, condições de distribuição dos produtos e suas diferenças regionais, e não menos importante, a formação de hábitos e gostos (in)postos pela indústria cultural, orientam a sensibilidade humana para as coisas da arte. O prazer estético, a emoção e o aguçamento da sensibilidade dá-se neste contexto, a partir de objetos, de produtos mercantis. O processo industrial da cultura almeja a naturalização completa da reificação. O negócio e o lucro não são apenas intenções da indústria cultural, mas princípios únicos. Sua ideologia é a sua própria forma, ou seja, a mercadoria (BOLOGNESI, 1996, p. 75).

A naturalização das coisas no mundo nos retira a dúvida, a crítica e conseqüentemente a possibilidade de transformação. Daí a naturalização apresentar um caráter ideológico claro no contexto do capitalismo. A veiculação das demandas culturais dos grupos hegemônicos de poder baliza e normatiza os gostos, convergindo para a manutenção e perpetuação do *status quo* destes grupos. Há que considerar, é certo, que todo o processo social no capitalismo é regido pela conflitualidade entre grupos, com maior ou menor radicalidade, regido, em última instância, pela luta de classes. “Se o capitalismo faz uso da arte e da cultura para solidificar o conjunto social, há que relevar que ele não detém o domínio pleno e absoluto do ato de criação, embora detentor dos meios de produção da arte dominante” (BOLOGNESI, 1996, p. 83).

Especificamente na reprodução da forma narrativa podemos dizer que existem formas dominantes e formas resistentes, que trás à tona a pluralidade intrínseca à reprodução das relações culturais. Estas formas resistentes são frequentemente encampadas pelo capital tornando-se mercadorias valiosas, por se legitimarem nas bases sociais. O capitalismo, em sua história, sempre mostrou uma capacidade de mercantilizar as resistências.

III – As narrativas ficcionais e históricas e suas subjetividades na produção dos espaços

O espaço é produzido a partir das relações sociais de produção, no contexto da modernidade líquida de Z. Bauman. A partir dos anos de 1990 Zigmund Bauman estuda a sociedade contemporânea, qualificando, num primeiro momento esta sociedade como pós-moderna e depois como sociedade líquida. A sociedade pós moderna irá bascular entre a seguridade social e a liberdade de mercado. Neste contexto o Estado tem a função de regulador, para assegurar a ordem social em um mundo aonde cada um é entregue a si mesmo, à sorte da vida. O prazer, o consumo e a liberdade individual formam o coração da sociedade pós-moderna, aonde a autonomia não é assegurada por conta da inexistência de uma segurança coletiva. Z. Bauman ilustra estas transformações descrevendo, por exemplo a “tele realidade” como uma metáfora do mundo global, onde o que está posto é a descartabilidade, a intercambialidade, e a exclusão, em uma sociedade ultra concorrencial, de precarização social. Para Bauman a sociedade líquida se opõe à sociedade sólida, aonde as estruturas de organização comum são criadas coletivamente. No caso da sociedade líquida, a única referência é o indivíduo integrado

por seu ato de consumo. Tratando do capitalismo contemporâneo, estas condições objetivas historicamente determinadas devem ser vistas também a partir da reprodução das subjetividades. A prevalência dos “valores de signo” na produção e reprodução do sistema produtivo tornou-se o eixo balizador dos processos e dominação e exploração dos indivíduos em geral e da força de trabalho em particular. A “sociedade espetáculo” sinalizada por Guy Debord há 50 anos atrás construiu um cenário de desabilitação das forças produtivas na luta por seus direitos e na regulação da contradição entre capital e trabalho, a luta de classes. Os “corpos dóceis de M. Foucault hoje protagonizam sua própria exploração numa ação social autofágica. São os “empresários de si mesmo” que M. Chauí nos revelou. As mídias cooptadas, a chamada “grande” mídia cria um mundo idealizado, linear, sem contradições, uma ficção, uma ideia de sociedade que não é a sociedade aonde o indivíduo busca se enquadrar por acreditar na ficção como projeção possível do e no real. Neste sentido, a reprodução das subjetividades envolve um complexo de fatores:

Não se trata somente de uma leitura sobre os fatores biológicos, ou da dinâmica psíquica envolvida em tal produção. Trata-se também, de fenômenos que dizem respeito à política, ao Estado, as tecnologias, bem como ao espaço urbano, aos meios de comunicação, a vida cotidiana e as mais variadas formas de agenciamentos indicativos das multiplicidades e dos diversos fluxos sociais (SOARES, 2016, p. 119).

A sociedade se torna complexa, uma complexidade excludente

... o capitalismo promove como sua principal estratégia de expansão, a captura dos processos de subjetivação... A instância individual torna-se uma espécie de terminal consumidor das demandas artificialmente produzidas, ou industrializadas pelos dispositivos capitalistas (SOARES, 2016, p. 119).

A observação de todo este processo de produção dos espaços na contemporaneidade a partir de uma narrativa construída na subjetividade dos agentes sociais, que mais se comportam como atores sociais, nos dá o horizonte possível para a transformação. O controle dos valores sociais pelas mídias cooptadas opera-se com eficiência na medida em que a qualidade da

formação dos indivíduos é retirada, os investimentos em educação, cultura, ciências e artes não aparecem como prioridade nos investimentos do Estado. A crença em um cenário idealizado do mundo a partir dos motores produtores de signos criados pelas corporações e veiculados pelas mídias é diretamente proporcional a ausência de uma leitura crítica do mundo. A ficção alimenta uma imagem ideal e necessária, utilitária, imposta para se reproduzir socialmente o indivíduo no mundo, onde este persegue uma posição de classe. Uma posição projetada como um filme na parede, um filme de ficção que pode terminar com apenas um *clic* no projetor. Esta construção idealizada do mundo, descolada de uma auto avaliação crítica do indivíduo enquanto produtor da história, potência objetiva das transformações, este descolamento o faz naturalizar as diferenças e, conseqüentemente, perpetuá-las. Devemos entender o processo histórico tendo o homem como sujeito da história. Existe uma unidade indissolúvel entre história e o sujeito humano, portanto os homens fazem sua própria história, produto de suas relações sociais. As narrativas produzidas reproduzem as relações concretas historicamente determinadas, plenas de ideologias, hegemônicas e contra hegemônicas, pró ativas ou alienadas do mundo concreto. É o resultado de uma data conjuntura.

A história não é somente uma sucessão de acontecimentos, de barulhos, de fúrias ou de processos econômicos mecânicos. A história transforma-se em *manifestações diversas de potencialidade humanas*. É uma maneira de colocarmos em relação com o *anthropos*, a condição humana. (MORIN, 2010, p. 439).

É desta perspectiva multifacetada, aonde os agentes sociais produzem os mosaicos territoriais, que as narrativas se reproduzem à luz dos conflitos e contradições inerentes aos processos de desenvolvimento sócio espacial.

REFERÊNCIAS

- BOLOGNESI, Mario Fernando. **A mercadoria cultural**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 19: 75-86, 1996
- ECO, Umberto. **Confissões de um jovem romancista**. Trad. Clóvis Marques. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2018. [recurso digital]
- GRUNER, Eduardo. **Lecturas Culpables marx(ismos) y la práxis del conocimiento**. IN:

- BORON, A.A. La teoria marxista hoy – problemas y perspectivas. Buenos Aires, CLASCO, 2006.
- JUNG, Carl Gustav, 1875-1961. **O espírito na arte e na ciência** / C.G. Jung; tradução de Maria de Moraes Barros. – (Locais do Kindle 7-8). Edição do Kindle. Petrópolis, Vozes, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris, Ed. ANTHROPOS, 2000
- MORIN, Edgar. **A religião dos saberes. O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010, 584 p.
- NICOLAZI, Fernando. **O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica**. Dissertação (em história) – UFRGS, Porto Alegre, p. 154. 2004.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007.
- SQUIRE, Corinne. **O que é narrativa**. Civitas, Porto Alegre – v 14 – n.2, p. 272-284 maio-ago. 2014.
- SOARES, Fábio Montalvão. **A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri**. Rio de Janeiro, *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 118-126, jan.-abr. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1170>
- TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas** - São Paulo: Perspectiva, 2006. [tradução Leyla Perrone-Moisés].
- VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo, EXPRESSÃO POPULAR – CLASCO. 2007, 488 P.
- _____. **Cuestiones estéticas y artísticas contemporâneas**. 1ª Ed Eletrônica, México, Fondo de Cultura Económica, 2013.

Enviado em 08/06/2018

Aceito em 13/12/2018